

ATA Nº 23

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de **dois mil e dezassete**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”	
III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA	
1º -	APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º -	ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - CARGO INTERMÉDIO DE 2º GRAU - NOMEACÃO DE JÚRI”.
3º -	INSTALAÇÕES DE APOIO À ATIVIDADE DA “SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.” - RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL
4º -	TAXAS MUNICIPAIS PARA 2018
5º -	INFORMAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA – 1º SEMESTRE DE 2017

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. José Manuel Bastião Veríssimo, Orlando Vasco da Cunha Oliveira e Manuel Rodrigues Pereira, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Manuel Alberto Alves de Barros; Luís Pedro Silva Alcobia da Cruz e António Lima Sousa. Mais foram verificadas as **faltas** dos Membros Srs. Jorge Moura Rodrigues, desde já consideradas justificadas pelo quórum existente. _____

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____

Alberto Luís Oliveira Vilas; Elisabete Frade Lopes Viana; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da Conceição Costa Correia; António Manuel Soares Pereira; Cristóvão Amorim Pereira; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Sebastião António Silva Alves; Avelino António Oliveira Marinho; Ana Raquel Soares Sanches; Manuel Alberto Alves de Barros; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Luís Manuel Gomes Amorim; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; José António Lopes Nogueira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Mário Manuel Guimarães Cruz; Luís Pedro Silva Alcobia da Cruz; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel Martins Gonçalves; José Miguel da

Silva Abreu; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; António Lima Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Fernando Aprício Gonçalves Fernandes; José Augusto Alves Areias; Manuel Nogueira Afonso; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

Os Membros Srs. Rui Miguel Araújo Ferreira e Ana Margarida Garcia Tomé presenciaram a sessão a partir do seu 1º ponto da ordem de trabalhos - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e respetivos **Srs. Vereadores**. _____

Verificada a ausência do 1º Secretário da Mesa, Sr. José Manuel Bastião Veríssimo, o Sr. Presidente da Mesa solicitou ao Membro Sra. Paula Natal que coadjuvasse a mesa nos seus trabalhos. Assim, assumiram funções para 1º e 2º secretários, os Membros Sras. Elisabete Viana e Paula Natal, respetivamente. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se tendo registado qualquer inscrição. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sra Elisabete Frade Lopes Viana** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 30 de junho último a 28 de setembro corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. _____

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que, na sequência da disponibilização do projeto da **ata n.º 22** surtiram pequenas correções, as quais, achadas conformes, foram vertidas para a mesma, pelo que, estando em condições, de a colocar a discussão, questionou da intenção de intervirem. _____

Inscreveu-se o Membro **Sr. José Nogueira** para, após as habituais saudações, dizer que as atas - são ou deveriam ser – elaboradas e subscritas pelo Secretariado de Apoio à Assembleia e pelo Presidente desta Assembleia, ou seja, este último atesta a conformidade do que se passou na reunião a que aquelas se reportam, designadamente no que concerne às intervenções dos deputados municipais. As atas participativas – inovação que bem se dispensava e a que sempre se opôs - não cabem, para não mais dizer, no âmbito legal. _____

No mínimo, uma leitura atenta do que aduziu na pretérita reunião obrigava o Secretariado e o Presidente deste órgão a questionarem-se se teria sido incorreto com o Ministro das Finanças Alemão, o Sr. Schauble, uma vez que não se referiu a ele como Cheval, ou seja, não o apodou de cavalo, ainda que em língua francesa. _____

Depois, sendo uma ata um súmula, porque, por norma, as suas intervenções não vêm escritas e usa de alguma ironia à mistura e porque uma ata não é um diário da sessão, percutiu que seria mister separar o trigo do joio e não atirar números porventura ditos por lapso - não ouviu a gravação, evidentemente -, como sejam 500.000 euros quando o contexto anterior e imediato é de o de € 5.185.626,00 – que quando o PSD passou a liderar a Câmara tinha por receber de fundos comunitários (deixados pelo executivo socialista, liderado pelo Dr. José Luís Serra). _____

Finalizadas as apreciações, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por maioria**, aprovar a **ata nº 22**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **29 de setembro de 2017**, num universo de **28 votantes**, obteve 25 (**vinte e cinco**) votos **a favor**, com 1 (um) votos **contra** do membro Sr José Nogueira, este com declaração de voto abaixo exarada e **2 (duas) abstenções** dos Membros Srs. António Pereira e Álvaro Gomes, por não terem estado presentes nessa mesma sessão. _____

Declaração de voto: “A ata nº 22 não espelha com a pertinente e necessária fidelidade e rigor o ocorrido na sessão a que se reporta, nomeadamente, no que concerne às minhas intervenções – daí votar contra”. _

O Sr. **Presidente da Assembleia** apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel de Sousa Domingues, tendo-se associado, ao mesmo, todos os presentes. _____

VOTO DE PESAR

“O Senhor Manuel de Sousa Domingues destacou-se particularmente, a nível profissional, pelas suas funções como Adjunto do Presidente da Câmara entre 1998 e 2002, e como Vereador da Câmara Municipal e entre 2002 e 2009, cargos desempenhados de forma nobre e com reconhecido mérito. O seu empenho pela causa pública e amor a Valença levou-o a desempenhar as mais diversas funções em várias coletividades do Concelho de Valença, com elevado sentido social e altruísmo tendo por lema servir a comunidade e o próximo. Pelas funções desempenhadas, pelo elevado sentido cívico e o amor a Valença, propôs a aprovação deste voto de pesar.” _____

A Assembleia Municipal aprovou, **por unanimidade**, o transcrito voto de pesar e efetuou um minuto de silêncio em homenagem ao Senhor Manuel de Sousa Domingues. _____

Seguidamente, o Membro **Sr. Álvaro Gomes** propôs a aprovação do seguinte voto de agradecimento: _____

“VOTO DE AGRADECIMENTO

Aos funcionários da autarquia que durante estes anos têm mantido a limpeza desta Cidade, nomeadamente da muralha e Jardins, pela beleza com que deixam a Muralha, ex-libris desta terra”. _____

Aberta a discussão sobre o voto de agradecimento, o Membro **Sr. José Nogueira** associou-se ao voto de agradecimento, apresentado pelo seu antecessor. Solicitou-lhe permissão para que esse mesmo voto fosse extensível aos restantes funcionários, atento o cuidado e empenho com que muitas das vezes estes ultrapassam as estritas obrigações de serviço e do cometido às suas funções. _____

Em relação ao voto de agradecimento apresentado, o Membro **Sra Inês Ferreira** congratulou-se com o reconhecimento de que a autarquia mantém a muralha limpa e embelezada. Por último, referiu que votariam favoravelmente desde que o voto de agradecimento fosse extensível à totalidade dos funcionários, atenta a que o objeto da proposta não lhe parece o mais correto, por se destinar apenas a alguns funcionários. _____

Quanto a esta apreciação o Membro **Sr. Álvaro Gomes** esclareceu que a sua proposta, apesar de ter focado mais os funcionários do exterior, era extensível aos restantes, assim como, que não reconheceu, de modo algum, o trabalho da autarquia, apesar de efetuar a gestão dos destinos do Município. _____

Finalizadas as intervenções, o **Voto de Agradecimento**-extensível à totalidade dos funcionários- foi **aprovado por unanimidade**, num universo de 29 Membros. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpelações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, José Nogueira, Paula Natal, Aurélia Correia, Sebastião Alves, Ana Sanches, Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó**, após as habituais saudações, frisou, relativamente à proposta apresentada pelo Membro Sr. Álvaro Gomes, que votou favoravelmente por se tratar de um reconhecimento ao trabalho efetuado, em termos de limpeza natural e de manutenção e que teria discordado caso a mesma tivesse sido apresentada como o único e exclusivo propósito da limpeza e manutenção à parte amuralhada das Portas do Sol, tal como, discordou do plano de intervenção implementado nesse mesmo local, nomeadamente na lavagem das paredes da muralha, arduamente criticada pelos valencianos, pelo seu aspeto contrastante com a restante, questionando se foi utilizado algum produto químico. Mais, questionou se a Câmara Municipal teve autorização da Direção Geral dos Monumentos Nacionais para substituir a porta de madeira existente nas Portas do Sol, por uma vitrine de vidro, assim como para abrir uma outra com colocação de vitrine que, até à data, estava fechada com pedra. _____

Seguidamente, mencionou que a desertificação nas freguesias do concelho exige uma maior aproximação do poder local e perguntou se tem sido feito algum tipo de acompanhamento à 3ª idade. _____

Ainda em relação às freguesias, questionou se o Município, atento ao descontentamento de alguns cidadãos da freguesia de Cerdal, já efetuou diligências, no que concerne à limpeza dos caminhos por onde passam as crianças para a EB 1 de Passos, Cerdal e à degradação dos muros contíguos a esta e respetiva rede de vedação. _____

Voltou a frisar, mais uma vez, que a correspondência de carácter relevante continua a não ser enviada aos membros da Assembleia. Mais, lamentou que, tendo solicitado que lhe fosse enviada a ata nº 21 com as retificações que sugeriu e que foram aprovadas na sessão anterior, só a tenha recebido hoje, pelas 9h15m, não lhe proporcionando tempo para verificar se estavam de acordo com o que foi solicitado e aprovado. _

No que concerne a Eleições, a falta de recebimento de convocatórias, por parte dos cidadãos que irão assumir funções de Membros de Mesa, poderá comprometer o bom funcionamento das mesmas, episódio recorrente e para o qual sugeriu que, de futuro, exista mais cuidado e atenção. _____

Relativamente à nova estrutura comercial implementada em Valença, o “Bom Dia” do Continente, solicitou informação ao executivo se celebrou algum protocolo ou similar, como salvaguarda dos desempregados de Valença ou se estabeleceu parcerias com as empresas implementadas em Valença, com o objeto de assegurar postos de trabalho aos Valencianos. _____

– O Membro **Sr. Francisco Romeu**, após as habituais saudações, referiu que a segunda fase de vagas disponíveis no CILV – Centro de Inovação e Logística, nos cursos de fiscalidade e contabilidade, gestão de distribuição e logística, marketing e comunicação empresarial, foram preenchidas, as quais com os cursos profissionais, mestrados e formações contam com 200 novos alunos, estando apenas a faltar alojamento, assunto que a seu devido tempo, será solucionado. Terminou referido que com trabalho, empenho e promoção daquilo que efetivamente é importante, os resultados aparecem. _____

– O Membro **Sr. José Nogueira**, após as habituais saudações, apelou ao voto, concretamente, numa participação popular massiva, nas eleições autárquicas que se avizinham. _____
Seguidamente proferiu algumas palavras para com os Membros desta Assembleia que cessam funções e não figuram nas novas listas apresentadas a sufrágio, tendo destacado o papel e postura de alguns nas lides municipais. _____

Salientou que a proposta apresentada pelo PCP era inaceitável e violadora dos princípios da Comunidade Europeia, acolhidos na legislação interna, desde logo por violar o princípio da igualdade no acesso ao emprego, fazendo uma breve retrospectiva sobre discriminação, designadamente, com alusão ao plasmado no Tratado de Roma, concluindo que o PS a não podia apoiar nem apoiaria. _____

Aludiu à boa prática, no que concerne à limpeza das Muralhas, ex-libris de Valença, como transversal a todos os mandatos autárquicos, inclusivamente que a lixeira que existia virada para a GNR foi retirada no mandato do Major Alberto Magno Pereira de Castro e ainda que o Dr. José Luís Rodrigues Serra investiu muito na limpeza das Muralhas. _____

Pugnou pela reposição do mapa autárquico sem Uniões de Freguesias. _____
Por último, manifestou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o seu profundo desagrado por, ao invés do que, antes, era prática corrente, não ser remetida, pelo menos aos Membros da Comissão Permanente, cópia da correspondência do órgão de carácter relevante, tendo apontado, em concreto e face à leitura do expediente, o Boletim da ANMP, PCP – Reposição das Freguesias, Unidade de Saúde Local, a adesão à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, questionando-o se não lhes reconhecia importância. Manifestou a esperança de que, como se vai iniciar um novo ciclo, o novo Presidente da Assembleia tenha mais consideração pelos Deputados Municipais. _____

– O Membro **Sra. Paula Natal**, após as habituais saudações, mencionou que decorreu o 4º Torneio da Eurocidade de Hóquei em patins, evento reconhecido como uma referência na Península Ibérica. Seguidamente, referiu que o Valença Hóquei Clube irá defrontar, na primeira eliminatória da Taça Ceres, os austríacos, valorizando os atletas, clube, treinadores, dirigentes e apoiantes, pelo mérito alcançado, para o qual, o atual executivo, tem contribuído com diversos tipos de apoios. _____

– O Membro **Sra. Aurélia Correia**, após as habituais saudações, referiu que a abertura do Núcleo Local da Liga Contra o Cancro – Delegação de Valença, foi concretizada no dia 25 do corrente mês, cujo objeto se versa no apoio social, melhoria na qualidade de vida dos doentes oncológicos e suas famílias, bem

como, na defesa dos seus direitos, possuindo consultas psico-oncológicas e serviço de informações e banco de ajudas técnicas. Agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara, Vereadores e seus colaboradores, pelo apoio, empenho e envolvimento para a concretização dessa realidade. _____

Por último, mencionando a desfolhada para idosos que se iria realizar, no Mercado Municipal, com o objetivo de lhes avivar memórias sobre tradições e origens, evento intergeracional, com a participação das crianças, organizado em parceria com as IPSS, Câmara Municipal e CLDS. _____

- O Membro **Sr. Sebastião Alves**, após as habituais saudações, mencionou que face à informação dos Serviços Técnicos de Obras da autarquia datada de catorze de março último, pelo Gabinete Ligação de Símbolos, foi apresentada uma contestação à reprovação do projeto de arquitetura de um edifício, sito em Araial, Silva, em que os Serviços Técnicos passaram a exigir afastamentos aos limites das parcelas de 5 metros em vez dos 3 metros, aprovados no RMUE e no RPDM de Valença, ambos devidamente ratificados pelas respetivas entidades tutelares. Em resposta a esta contestação, a solicitação do Executivo Municipal, o Sr. Assessor Jurídico da autarquia, respondeu com um arazoado de palavras e textos sem qualquer conteúdo, aliás recorrendo, inclusive à declaração de voto do Ilustríssimo conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Rosendo Dias José, que lhes eu razão, para lhes tentar explicar o inexplicável, que de acordo com aquele Tribunal Superior o RGEU, deverá, segundo os doutos senhores do STA, sobrepor-se ao RPDM e ao RMUE, documentos específicos, entretanto aprovados, para cada uma das autarquias deste País. Aliás o mesmo Sr. Assessor Jurídico num esforço inglório, de lhes querer explicar o inexplicável respondeu às simples 3 páginas de contestação com 19 páginas, estas sem qualquer conteúdo prático. Situação aberrante já que continuam a pensar como aquele Sr. Conselheiro do STA de que o RGEU é, ele próprio, contraditório nos seus artigos 60º e 73º com interpretações radicalmente diferentes, já que o artigo 60º refere afastamentos com, “fenestração” de 10 metros e artigo 73º de 6 metros, exatamente nas mesmas circunstâncias, no caso em, apreço, afastamentos entre fachadas. Aliás, o Sr. Assessor Jurídico na pagina 18 da sua explanação referiu – Todavia, a verdade é que a norma do RMUE mostra-se completamente ilegal, tendo de ser desaplicada, pelas consequências a que conduziria. Ela constituiria uma alteração à norma do RDPM citada e à norma do artigo 60º do RGEU, com a interpretação que lhe demos. _____

Ora – O RDPM – artigo 56º- refere os afastamentos mínimos aos limites laterais das parcelas são de 3 metros. _____

O RMUE – artigo 101º – b) Sem prejuízo dos afastamentos previstos no RDPM, no caso de moradias unifamiliares inseridas em Espaço Predominantemente Unifamiliar, os afastamentos mínimos laterais e posteriores, aos limites das parcelas, são de 3 metros. E o artigo 73º do RGEU – As janelas, dos compartimentos das habitações, deverão ser sempre dispostas de forma a que o seu afastamento de qualquer muro ou fachada fronteiras mantenha o mínimo de 3 metros. Assim: os 3 diplomas são conclusivos definindo afastamentos no caso presente, de 3 metros às parcelas confinantes, ou 6 metros entre fachadas. _____

Afinal onde é que está a diferença entre o RDPM e o RMUE se ambos são claros, como gotas de água, afastamentos de 3 metros. Onde foi o Sr. Assessor Jurídico descobrir a diferença entre 3 metros e 3 metros? . _____

Convém entretanto referir que com esta posição de desprezar o RDPM e o RMUE esta Câmara Municipal está, implicitamente, a assumir a responsabilidade absoluta por eventuais ilegalidades, pelas

dezenas de construções, entretanto edificadas, neste concelho, ao abrigo destes dois diplomas legais. ____ Assim, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se refletiu sobre o assunto, já que para além da ilegalidade que se está agora a cometer, esta situação consubstancia uma autêntica fraude às expectativas criadas aos munícipes do Concelho de Valença e, mesmo que só por isso, deveria merecer do executivo a reação que se impõe, junto das Entidades tutelares e não só, no sentido de redefinir com rigor e sem dúvidas a legalidade do RDPM e do RMUE de Valença entretanto posta em causa. _____

- O Membro **Sra Ana Sanches**, após as habituais saudações, referiu que a ecopista do rio Minho ganhou o 3º prémio de melhor via verde da Europa, no VIIIº European Greenways Award, considerada uma via de excelência. O prémio promovido pela Associação Europeia Greenways (E.G.W.A.) e pela União Europeia foi anunciado ontem, à noite, 28 de setembro, na cidade irlandesa de Limerick. Prémio bianual com o objetivo promover exemplos de melhores práticas e apoiar a sua replicação noutras vias verdes em toda a Europa. A candidatura da Ecopista do Rio Minho foi liderada por Valença e incluiu, para além dos troços das vias verdes de Valença, os de Monção, Cerveira e de Caminha. Entre os candidatos estão, também, vias verdes de países como Espanha, Áustria, Bélgica, Suíça e República Checa. Na Bélgica, em 2009, a ecovia já havia sido reconhecida como a 4ª melhor via verde. _____

Felicitou o executivo pela aposta que permitiu Valença e os demais Municípios do Vale do Minho potenciar a Ecopista criando um corredor verde, paralelo ao Rio Minho, entre Monção e Caminha, proporcionando passeios por vinhedos, campos de cultivo, contactos com o rio Minho, ribeiros e vistas sobre um vasto património edificado. Pesqueiras, praias fluviais e ínsuas, inseridas na Rede Natura 2000 e um vasto património edificado permitem pequenas escapadas complementares à Ecopista, assim como, o Centro de Interpretação da Ecopista, na antiga Casa da Vigia, em Valença, mostra a fauna, a flora e as memórias da antiga linha do caminho de ferro. A Ecopista está destinada a passeios pedonais, de bicicleta, patins em linha, skate e tem reforçado a oferta turística da região, com um produto de natureza que mostra alguns dos aspetos mais cativantes do Vale do Minho. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira**, após as habituais saudações, manifestou-se agradada por verificar que há quem dentro do PS afirme e lembre à Assembleia o contexto de liberdade de circulação de mercadorias desde a entrada na Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia, em 1986 e que com a aprovação do Ato Único Europeu se possui a liberdade na circulação de capitais serviços e pessoas, assim como, que com o Tratado de Maastrich, designado também pelo Tratado da União, passamos a ter uma moeda única. Neste contexto de liberdade, a deslocalização de empresas no espaço europeu é uma realidade, permitindo investimento do capital galego em Valença, criando emprego. ____ Cabe às empresas, numa economia de mercado, recrutar o pessoal, não sendo concebível, como a D. Cláudia Labrujó defende, o estabelecimento de um protocolo entre a Câmara Municipal de Valença e as empresas recentemente instaladas. A autarquia negociou, com a instalação do “Bom dia” do Continente, infra-estruturas rodoviárias na envolvente ao edifício construído. _____

Por último, mencionou que a candidatura da Fortaleza de Valença a Património da Humanidade da Unesco obteve mais um impulso importante, com o apoio do Sr. Presidente da República. A este propósito, mencionou que ao ter lido no programa eleitoral do Partido Socialista de Valença - “dar impulso definitivo à candidatura da Fortaleza a Património Mundial Imaterial da Humanidade á

Unesco”, - a levou a crer que tenha sido por desconhecimento ou por lapso, uma vez que, se trata de Património Material e não de Património Imaterial, como refere o mencionado programa. _____

Seguidamente, pelo Membro **Sra. Cláudia Labrujó** foi solicitado um esclarecimento à oradora anterior. Considerou que se tivesse existido poder negocial por parte da Câmara, no contexto da deslocalização das empresas, ter-se-ia evitado que a Borgwarner saísse de Valença. _____

O Membro **Sra. Inês Ferreira**, apesar de não lhe ter sido questionada o quer que seja, decidiu, mais uma vez, frisar que a deslocalização da empresa Borgwarner em Valença traduziu-se na falta de acordos entre esta e o seu possível vendedor e não de qualquer tipo de poder negocial da autarquia. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** questionou ao Membro Sra. Cláudia Labrujó se o PCP aderiu às parcerias público – privadas e, ainda, ao Membro Sra. Inês Ferreira sobre quem é que impôs regras para implantação do Continente, assim como, quais as regras que impôs a Câmara Municipal que não estejam previstas no PDM e na legislação avulsa. _____

Em resposta ao orador antecedente, o Membro **Sra. Cláudia Labrujó** referiu que o Sr. Presidente da Câmara deve ter percebido o sentido da sua proposta e que não vê qualquer impedimento em que a Câmara possua protocolos, desde que por mutuo acordo e devidamente negociado, para que sejam salvaguardados postos de trabalho para pessoas residentes em Valença, à semelhança daquilo que existe, por exemplo, com Universidade de Minho e Escola Superior de Ciências Empresariais. _____

O Membro **Sra Inês Ferreira** respondeu ao Membro Sr. José Nogueira que a Câmara conseguiu Jardins.

Finalizadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Membro Sra. Cláudia Labrujó, no que concerne a questões de recrutamento da SONAE, dizendo-lhe que o Município não celebrou, nem celebra esse tipo de protocolos, sugeriu, no entanto, o recurso ao IEF, sendo uma realidade, a empregabilidade de jovens Valencianos. Quanto à intervenção levada a cabo nas “Portas do Sol”, quer no que concerne à lavagem da muralha quer à abertura de portas e colocação de vitrinas, esclareceu que foi executada de acordo com as orientações e os pareceres favoráveis da Direção Geral dos Monumentos Nacionais. Ainda a propósito das Portas do Sol, informou da colocação de um MUPI que permitirá satisfazer as principais necessidades de informação da população e turistas, com critério de proximidade, privilegiando as opções que o utilizador tem mais perto de si e em total integração com telemóvel/smartphone. _____

Em relação ao poder negocial com a SONAE, obtive como contrapartida, pela implantação do “Bom Dia”, a requalificação de toda a envolvente à implantação do Continente, desde espaços ajardinados, arruamentos a uma rotunda junto ao Albergue. Apesar de alguns atrasos na conclusão da obra, abriu o seu novo espaço no dia 28 de setembro, tendo, no entanto, originado atraso na iniciação da requalificação do parque de estacionamento de Centro de Saúde, prevendo a sua iniciação para a próxima semana. Independentemente do resultado eleitoral a obra está adjudicada e será executada. _____

Prosseguindo, referiu que o CILV, este próximo ano letivo, conta com mais de 200 alunos novos. Neste momento não há vagas para os maiores de 23 anos. A manter-se este espectro, o Município e o IPVC, terão que criar uma residência universitária. _____

No que concerne à limpeza da Muralha informou que, apesar de concordar com o voto de agradecimento pelo desempenho dos funcionários do Município, esta está adjudicada a uma empresa externa, à “Venafil”. No que concerne à restante limpeza de espaços verdes é realizada arduamente pelos funcionários da autarquia. A propósito dos espaços verdes, referiu que ainda existem alguns aspetos a melhorar, dar mais cor aos jardins e rotundas de Valença, à semelhança daquilo que acontece noutros concelhos, como por exemplo, Vila Nova de Cerveira, anseio dos Municípios Valencianos. _____

Quanto às atividades desportivas informou que o Município apoia os clubes em função da respetiva atividade. _____

Em relação ao Núcleo da Liga Portuguesa contra o Cancro o Município apoia no âmbito das suas obrigações e competências, no sentido de minimizar o drama dos doentes vítimas de cancro e seus familiares. _____

No que concerne à Ecopista do Rio Minho mencionou que efetivamente é uma das melhores Ecopista da Europa, ganhou o terceiro prémio de melhor via verde da Europa e foi considerada uma via de excelência. A candidatura foi liderada por Valença e incluiu, para além dos troços das vias verdes de Valença, os de Monção, Cerveira e Caminha. O prémio foi promovido pela Associação Europeia Greenways (EGWA) e pela União Europeia em Limerick, na Irlanda. _____

Seguidamente, a propósito deste último apreço do Sr. Presidente da Câmara, foi referido pelo membro **Sr. José Nogueira** que a Ecopista foi feita, quase na sua totalidade, na era do Partido Socialista, liderada pelo Sr. Dr. José Luís Serra, questionando o seu antecedente do motivo pelo qual, em momento algum, foi referido como uma obra de referência como não sendo sua e, que apenas a pôs a concurso. _____

Seguidamente, questionou o Sr. Presidente da Câmara se não era verdade que quando afastou a Comissão de Utentes e tomou a seu cuidado as negociações o SAP, este encerrou, e, ainda, se não era verdade que o executivo anterior protelou sempre o seu encerramento. _____

Usando da palavra o Membro **Sr. Álvaro Gomes** agradeceu, em seu nome e dos Municípios, ao Sr. Presidente da Câmara a intervenção que se encontra prevista para o Centro de Saúde, alertando, ao mesmo tempo, para a existência de cuidado na elaboração, por parte do projetista, do plano de estacionamento, nomeadamente, no que concerne à dimensão entre lugares de estacionamento, para que não se assemelhe ao problema existente no Largo de S. Sebastião, que por mais embelezado que o espaço esteja, resultou numa tremenda dificuldade no estacionamento, apesar de, o projetista, ter sido sobejamente avisado pelos moradores. _____

Terminadas as interpelações, o Sr. **Presidente da Câmara** mencionou que, no que concerne à alegada falta de referência às obras do tempo do Dr. José Luís Serra, se tivesse estado atento teria percebido que não se referiu à Ecopista de Valença/Monção. Aliás, numa entrevista ao porto canal, louvou o espírito inovador de quem fez esta obra, o Sr. Dr. José Luís Serra. _____

No que concerne ao Centro de Saúde, informou que receberam uma proposta da ULSAM, através do Dr. Álvaro Gomes, para efetuar uma intervenção no parque de estacionamento, a qual, entretanto, foi

adaptada às necessidades do Centro. _____

Terminadas as interpelações políticas, o **Sr. Presidente da Assembleia** informou que seria oportuno fazer-se um intervalo, pelo que quando eram 10h50m interrompeu a sessão, tendo sido retomada quando eram 11h18m. _____

Retomada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia, da ordem de trabalhos da presente sessão, concretamente à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. _____

PRESENÇA DE MAIS MEMBROS: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto, verificou-se a presença dos Membros Srs. Ana Tomé e Rui Ferreira. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva, António Pereira, José Nogueira, Sebastião Alves, Ana Sanches e Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** solicitou informação sobre alguns compromissos plurianuais, nomeadamente, sobre a celebração de um protocolo com Cerval para coordenação, dinamização e promoção do futuro Aeródromo do Alto Minho, no valor anual de 3500 euros, sobre a aquisição de um artigo urbano e dois rústicos, no valor de 73800 euros e, ainda, sobre os processos judiciais numerados em 4, 9 e 12. _____

– O Membro **Sr. Óscar Silva** referiu, no que à proposta apresentada pelo Dr. Álvaro Gomes diz respeito, que aquilo que pretendia ser um elogio aos funcionários municipais, o PSD acabou por se apropriar da mesma para fazer um auto elogio ao desempenho do atual executivo na gestão municipal. Já não é a primeira vez que acontece, o PSD tem por hábito fazer um espécie de interpretação daquilo que é dito. Portanto, esclareceu que o sentido da proposta foi o de elogiar os funcionários municipais que muito bem desempenham o seu trabalho e muitas das vezes sem terem as condições ideais, como acontece, como o próprio já o referiu numa sessão anterior, com os funcionários do serviço de águas. Assistiu também a um elogio ao Valença Hóquei Clube, que os próprios também subscreveram, o voto de louvor apresentado, na última sessão deste órgão, mas não pode aceitar que o sucesso desta instituição, que está a prestigiar este Concelho, seja do executivo municipal. Esse Clube tem uma Direção liderada por um jovem empreendedor, Miguel Fernandes e, o Valenciano tem também uma equipa de hóquei que tem alguns jogadores de muita qualidade. Foi ver alguns jogos e garante que viu o Paulo Matos a ser uma barreira na baliza, o Miguel Fernandes a ser o esteio da defesa do Valença Hóquei clube, o Guido balizar e a ser o génio da equipa e o Luís Viana a ser o matador, por assim dizer, da equipa, em termos desportivos e como a sua capacidade finalizadora invulgar. Não viu o Sr. Presidente da Câmara à baliza, nem o

Vereador José Monte à defesa, nem o Vereador Manuel Lopes a finalizar jogadas da equipa do Valença Hóquei Clube. Portanto, fica-lhes muito mal aproveitarem-se do sucesso de uma grande instituição valenciana. Quando colam o trabalho do executivo ao sucesso de uma instituição, também o deveriam fazer quando ocorre o insucesso. Não compreende como é que com o conhecimento desportivo que o atual executivo tem não tenha conseguido colocar o Sport Clube Valenciano na 1ª Divisão Nacional quando, por exemplo, até o Vila das Aves tem uma equipa na 1ª Divisão Nacional. _____
 Seguidamente, referiu que, devido à proximidade da sessão com as Eleições Autárquicas de 1 de Outubro, não tinha previsto fazer qualquer intervenção, contudo depois do exercício de propaganda eleitoral que foi ouvindo da parte dos membros do grupo municipal do PSD, não poderia deixar fazer alguns reparos e uma análise ao caminho que Valença seguiu nos últimos 8 anos da gestão municipal PSD que demonstram a espécie de "Alice no País das Maravilhas" desenhado pelo PSD. Mais referiu que os indicadores disponibilizados por entidades oficiais e credíveis como o INE ou o IEFP confirmam que Valença seguiu nos últimos 4 anos da gestão PSD um muito mau caminho, sendo eles os seguintes: _____

No emprego e proteção social: _____

Concelho que, de todo o distrito, menos diminuiu o desemprego e não aproveitou a conjuntura favorável promovida pelo Governo do Partido Socialista, com uma diminuição de apenas 15% entre 2016 e 2017, enquanto que vários concelhos diminuíram o desemprego em valores superiores a 30%. Tem o maior número percentual de pessoas com Rendimento Social de Inserção (RSI) e é o 4º concelho da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários do Subsídio de Desemprego. _____

No sector empresarial: _____

As Exportações de 2011 a 2015 caíram 38,70 % enquanto que nos restantes concelhos do Alto Minho cresceram em média 40,27% . _____

Após o anúncio em 2013 da deslocalização da Borgwarner, líder mundial em componentes para a indústria automóvel, de Valença para Lanheses – Viana do Castelo, até 2015 (ano do final da atividade dessa empresa no nosso concelho) que levou a uma diminuição progressiva da produção dessa empresa no nosso concelho em simultâneo com a sua implantação em Lanheses - Viana do Castelo, Valença decresceu de um valor de 196 179 000 € (2013) para um valor de 71 362 000 € (2015), o que significa uma diminuição de 62% (e este é o valor realçado na projeção) na atividade exportadora neste período. À deslocalização da Borgwarner para Lanheses junta-se a deslocalização da Sociedade Artística para Monção, tendo assim um forte impacto negativo na atividade exportadora de Valença. _____

No financiamento comunitário contemplado no Portugal 2020: _____

É um dos 2 municípios do Alto Minho que apresentou menor número de projetos para o quadro comunitário de apoio do Portugal 2020 e com menor valor de financiamento, apenas 6, com um financiamento de pouco mais de 2 200 000 €, comparativamente, um município do interior deste distrito, Paredes de Coura, apresentou 12 projetos, num total de financiamento de mais de 3 500 000 €. Este indicador é a prova de que, como o PS defende no seu programa eleitoral, o Município de Valença necessita urgentemente de um Gabinete de Apoio a Projetos e Candidaturas. _____

No turismo: _____

Situa-se em 6º lugar no distrito em número de dormidas, tendo crescido menos de 4%, enquanto a média de crescimento do número de dormidas do Alto Minho foi de mais de 36%, assim como, ocupa o 6º concelho no número de hóspedes, crescendo apenas 7% de 2013 a 2015, enquanto que todos os outros

concelhos do distrito cresceram acima dos 20% e, ocupa o último lugar na Estadia Média com um valor discreto de apenas 1,4 dias, quando a média do distrito é de 1,9 dias. (resultado muito pobre para a localização geográfica privilegiada de Valença e para o facto de sermos a 2ª cidade do distrito). _____

Estes 3 indicadores revelam, como têm criticado frequentemente, a falta de uma agenda cultural, de atividades e outros motivos de interesse que sejam suficientemente atrativos e convidativos para os turistas visitarem, permanecerem e pernoitarem em Valença. _____

No comércio local: _____

Apresenta uma variação negativa no VAB das Empresas de Comércio por grosso e a retalho, alcançando um decréscimo de -10% de 2009 a 2015 (gestão PSD). _____

Logo, as Empresas de Comércio por grosso e a retalho do concelho de Valença sofreram um significativo decréscimo na geração de riqueza para o concelho, num sector que outrora era o grande pilar da economia de Valença. _____

Indicador revelador, uma vez mais, da falta de capacidade e sensibilidade do Município de Valença para perceber as especificidades do Sector do Comércio e as necessidades dos comerciantes valencianos, com forte implantação na zona intra-muros e extra-muros, assim como, para criar uma dinâmica cultural que atraia mais visitantes a este concelho e os fixe durante o maior período de tempo possível para que possam consumir o comércio tradicional deste Concelho. _____

Em suma, os dados que acima expostos são como o algodão e não enganam, arrasando completamente o slogan do PSD de Valença estar no bom caminho, quando como se percebe, Valença segue um mau caminho imparavelmente rumo ao abismo. _____

Pelo Membro **Sr. António Pereira** foi solicitada a palavra para, na sequência da intervenção do orador anterior e atento a que proferiu alguns indicadores de gestão municipal atribuindo-os a um período de 8 anos, o questionar a que período específico se referem e se são indicadores financeiros. _____

Quanto a este pedido de esclarecimento o Membro **Sr. Óscar Silva** mencionou que não tem presente os dados no momento, contudo logo que os reúna dará resposta ao solicitado. No que concerne ao período dos indicadores financeiros, informou-o que o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses é publicado anualmente e, este ano, publicou o resultado daquilo da gestão financeira dos Municípios Portugueses no ano transato, dados muito recentes que demonstram o “falhanço” da suposta boa gestão financeira que o atual executivo tanto apregoa. _____

– O Membro **Sr. José Nogueira** referiu que, como era óbvio, a deslocalização da empresa Borgwarner refletir-se-ia no desemprego e no índice de competitividade a nível das exportações. Compreender-se-ia, tal deslocalização se a mesma tivesse sucedido para outro Continente, como África ou Ásia, situação que não ocorreu, porque apenas se deslocou para um outro concelho deste Distrito, Viana do Castelo. _____

No que se refere ao aproveitamento político que o executivo faz do trabalho que as instituições concelhias desenvolvem, já o alertaram por diversas vezes, dizendo que contributos publicitários nada representam. _____

Relativamente à informação escrita, para além do “balão de oxigénio”, mencionado ironicamente, vêm muito pouco, porque a saúde financeira do Município é tão boa que até teve que contrair um empréstimo para fazer dois ou três troços de estrada e, ainda, não é que o Continente atrasou tanto que nem sequer

conseguiram fazer a intervenção do Centro de Saúde. Com isto quer dizer que aquilo que é omitido é mais do que aquilo que vem dito, porque na informação escrita não consta o que resulta de uma queixa que o PS fez à CNE sobre a utilização de dinheiros públicos. Nessa queixa apresentada à CNE, o PS de Valença diz que o último Boletim Municipal distribuído, estrategicamente, um mês e meio antes das eleições, promovendo descaradamente o ainda Presidente Jorge Mendes, através de fotografias, textos, indicações programáticas e projetos futuros, constituindo, este último, uma ilegalidade, o qual, na opinião do PS, viola os deveres da imparcialidade das autoridades públicas no decurso do período eleitoral, boletim que, quanto muito, deveria ter sido meramente informativo. _____

Existiu contestação por parte da Câmara Municipal de Valença. A CNE deliberou o seguinte: _____

“O artigo 41.º da Lei Eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais consagra os deveres de neutralidade e imparcialidade a que as entidades públicas se encontram sujeitas, com especial incidência a partir da data da publicação do decreto que marca a data das eleições, pelo que as entidades públicas devem, no cumprimento das suas funções, ter uma posição de distanciamento, face aos interesses políticos ou partidários e não devem impedir direta ou indiretamente a campanha eleitoral nem influencia-la por qualquer meio. _____

Afigura-se não ser compatível com especiais deveres de neutralidade que impendem sobre os órgãos autárquicos e seus titulares, um discurso que, em diversas ocasiões, faz referências a promessas eleitorais e referências negativas a outras forças políticas atualmente representadas e a anteriores executivos. Decorrente dos deveres de neutralidade do artigo 10.º n.º 4 da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, determina que, a partir da mesma publicação, é proibida a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e a Administração Pública, de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. _____

O entendimento da CNE sobre esta matéria veio a ser sufragado pelo Tribunal Constitucional através do Acórdão n.º 461/2017 de 24 de agosto, no qual refere que “estão inseridos, no âmbito da publicidade institucional, para efeitos da sua proibição, todos os serviços ou meios que, habitualmente, são adquiridos para publicidade, mesmo que já façam parte do património da entidade pública (como outdoors, etc.) ou que sejam realizados por serviços da entidade pública (como imprensas municipais ou departamentos internos de comunicação). _____

Assim deliberou advertir o Presidente da Câmara municipal de Valença para que de futuro se abstenha de fazer publicações semelhantes” . _____

Antes de terminar, o interveniente estabeleceu diálogo com o Sr. Presidente da Câmara, porque instado, tendo sido advertido pelo Sr. **Presidente da Assembleia** para terminar a sua intervenção por ter excedido o tempo que lhe estava concedido em demasia e que, caso não o fizesse, lhe seria cortada a palavra. _____

O Membro Sr. José Nogueira, perante a advertência do Sr. Presidente da Assembleia, mencionou que já estava habituado a que lhe fosse cortada a palavra. _____

– O Membro Sra. **Sebastião Alves** lembrou o Sr. Presidente da Câmara que, ainda, não tinha respondido às suas questões. _____

– O Membro Sr. **António Pereira** mencionou que, apesar de gostar e da dinâmica do Membro Sr. Óscar Silva, considera, a propósito dos indicadores de que falou, que não se deve generalizar nem equiparar estatísticas a dados financeiros e que devem ser específicos. _____

Prosseguindo, mencionou que o período que trata a informação escrita do Presidente da Câmara é fortemente influenciado por alguns processos estruturais em curso, como sendo o contrato de concessão celebrado com as Águas do Norte ao nível da captação municipais e à entrega de infraestruturas de saneamento de águas residuais que originam diretamente uma diminuição no Ativo Líquido do Município. Sucede que, por se tratar de um documento parcelar, sem o rigor do princípio da especialização do exercício económico, há nele indicadores suscetíveis de virem a ser corrigidos positiva ou negativamente no segundo semestre. Mesmo assim, não existem na informação evidências que permitam afirmar que o Município mantém as premissas de uma boa gestão e que continua a trilhar o caminho a que nos habituou - consistência, controlo rigoroso da dívida, dinâmica de diminuição da dívida a terceiros por forma a ganhar poder negocial e atrair os melhores fornecedores de serviços, contenção na despesa, e maximização na receita. _____

É isto que nos mostra, nas rubricas do ativo, o aumento de 39 mil euros das existências e 480 mil euros das disponibilidades, assim como, no passivo, o decréscimo de cerca de 721 mil euros nas dívidas de curto prazo e 183 mil euros nas de médio e longo prazo. _____

O processo em curso com as águas do norte, já mencionado na análise do ativo líquido influencia também aqui, no passivo, negativamente a evolução dos proveitos, verificando-se todavia, neste particular, um aumento na parte que respeita aos impostos diretos (IMI, Derrama, IUC, e IMT), muito à custa, segundo nos parece, da eficiência fiscal que se vem enraizando. _____

No curto prazo os indicadores financeiros são menos favoráveis do que no período anterior, verificando-se em contrapartida uma situação mais favorável do que no período análogo anterior para os rácios de solvabilidade e endividamento. _____

Apesar da debilidades intrínsecas da informação parcelar que sustenta as contas do semestre o quadro económico e financeiro é animador e mantém o Município no bom caminho. _____

Finalizou, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal informação sobre o prazo médio de pagamento aos fornecedores. _____

- O Membro Sra **Ana Sanches** solicitou esclarecimentos sobre o processo judicial nº 8 cujo autor é o Sr. José António Figueira Gomes. _____

- O Membro Sra. **Inês Ferreira** frisou que, apesar de se congratular com o voto de agradecimento, os seus opositores partidários elogiaram a Câmara Municipal de Valença e os seus funcionários por terem limpo as muralhas, quando o serviço está a ser prestado por uma empresa externa, o que a leva a crer que, como sempre, estão mal informados. _____

Relativamente aos dados de gestão municipal referidos pelo Membro Sr. Óscar Silva, disse-lhe que não seria necessário tanta exaustão como aquela que tem feito nos comícios do PS, uma vez que, uma vez que já estão mais que elucidados sobre o sentido de voto a não ser que pensem ainda terem alguns indecisos no Grupo Municipal que não se revendo na atual liderança alterem o seu voto no segredo da cabine. Acrescentou que quando se trata de analisar dados é necessário cuidado e rigor, porque quando o Membro Sr. Óscar Silva falou na diminuição da taxa de desemprego superior à dos outros municípios, a honestidade intelectual obriga a que se diga qual a taxa de desemprego que cada um dos municípios apresenta, porque suponhamos uma descida de três pontos percentuais numa taxa de 10% e uma descida

de dois pontos percentuais numa taxa de 5% não é a mesma coisa. _____
Seguidamente, referiu-lhe que o Hóquei tem dirigentes que, de certeza, agradecem a ação deste Município, pelo apoio que tem prestado. Aquilo que se verifica é que não lhes dá jeito referir tal facto em campanha eleitoral. _____

No que às exportações diz respeito, referiu que é um indicador macroeconómico que tem expressão a nível nacional e não a nível local, como fez crer o Membro Sr. Óscar Silva, há pouco, quando se referia às exportações. Ainda a este respeito lembrou que a empresa “Rodman”, indagada pelo candidato à Câmara Municipal pelo PSD sobre o seu projeto, foi acusado de convencer os Galegos a não investirem em Valença, vertendo isso para a comunicação social. Conclusão, instalou-se e não produziu. Todos tem conhecimento de que a Borgwarner deslocalizou-se porque no processo de negociação da aquisição de terreno com a “Rodman” esta apresenta-lhe um valor exorbitante por metro quadrado. _____

Agora, em relação a intervenções que o do Membro Sr. José Nogueira já fez noutras ocasiões, no que concerne a que a ESCE vale zero, procedeu à leitura do programa eleitoral apresentado pelo PS, onde se verifica que afinal até valorizam ESCE. Termos em que não compreende que valendo zero a Escola Superior, o auditório desta tenha sido utilizado para efeito de campanha eleitoral pelo PS, assim como, nesse mesmo local tenha sido dito pelo Dr. José Luís Serra, conforme publicado nas redes sociais, que a Câmara Municipal não fez nada. _____

Recordou que Escola Básica 2,3 S de Valença esteve para ser requalificada no tempo da parque escolar, à semelhanças de outras escolas, que na altura foram requalificadas de forma megalómana e hoje, em dia, não possuem capacidade financeira para a sua manutenção. A Escola Básica 2,3 S de Valença apesar de estar nessa lista, não chegou a ser concretizada, tendo sido, o atual executivo, liderado pelo Dr. Jorge Mendes, a promover tal requalificação. Por último, mencionou não compreender que acusem este autarca de falta de referência a anteriores executivos na construção da Ecopista, quando o próprio o aludiu na inauguração do CILV. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por responder às questões que, por falta de tempo, ainda não o tinha feito. _____

Em relação às questões que o Membro Sr. Sebastião Alves referiu que tem conhecimento da dimensão do documento resposta elaborado pelo Assessor Jurídico da Autarquia e que, também, sabe que não lhe dada a razão, sendo que defendem que os afastamentos devem ser de 3 e 5 m das casas. Solicitou aos Chefes de Divisão que efetuassem uma reunião técnica com todos os projetistas no sentido de, na revisão do PDM, sanarem todos as dúvidas que tenham sido suscitadas. _____

No que concerne à intervenção do Membro Sr. António Pereira referiu que a Câmara Municipal tem vindo a regozijar-se pelo rigor dos pagamentos dentro do prazo estipulado pela lei, os 90 dias. _____

Em relação ao processo judicial nº 8, informou o Membro Sra. Ana Sanches, que o mesmo se refere a um pedido de declaração de nulidade ou anulação de uma compra e venda de um prédio, em Val Flores que, entretanto, está suspenso pelo falecimento do autor Sr. José António Figueira Gomes e pelos seus filhos

considerarem não existir qualquer fundamento para o mesmo. _____
Em relação aos esclarecimentos solicitados pelo Membro Sra. Cláudia Labrujó, informou que os Municípios de Valença e Vila Nova de Cerveira celebraram um protocolo com o Cerval com o objetivo de coordenar, dinamizar e promover o futuro “Aeródromo do Alto Minho”, o qual, no seu entender, é uma mais valia para Valença. _____

Prosseguindo, mencionou que, por sugestão do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Fontoura, o Município adquiriu uma propriedade no centro da Freguesia, com três mil metros quadrados, para a construção da casa mortuária. _____

Em relação ao processo judicial com as Águas do Norte trata-se de um litígio em que ficaram de retirar a ação, e que quanto ao processo judicial nº 9, informou que se trata de uma ação contra o Conselho de Ministros pelos Municípios de Valença e Vila Nova de Cerveira, a qual aguarda decisão final ao pedido de anulação de vários atos que visam a privatização da Empresa geral do Fomento, sócia da Valorminho. O processo judicial nº 12 refere-se a uma ação que a aguarda a marcação de audiência prévia, cujo objeto é a nulidade do despacho de licenciamento da construção de uma moradia no lugar do Monte S. Pedro da torre, por parte de Vitor Chedas e a demolição das obras já executadas. Acontece porém, que a autora desta ação deveria ter tido o cuidado de ver se também tinha “telhados de vidro”, na medida em que possui construções ilegais, cuja passividade de licenciamento é nula. A este propósito referiu que, há poucos dias, ordenou a demolição de uma casa que se encontrava em condições idênticas, e que por tal facto talvez tenha perdido dois votos, mas que, com certeza, ganhou outros. _____

Relativamente à publicação de uma edição do Boletim Municipal, esclareceu o Sr. Dr. Nogueira que à autarquia não foi aplicada qualquer coima/sanção, nem sequer foi proibida a distribuição do boletim. A decisão da CNE não passou de uma advertência. Acrescentou que o melhor que o PS podia ter feito para a Campanha eleitoral do PSD foi ter denunciado esta situação, na medida em que despertou a curiosidade da população em querer ler o Boletim. _____

No que ao Hóquei diz respeito a autarquia não se está a apropriar de qualquer mérito do mesmo. _____
Terminou, estranhando que na campanha do PS se diga que existem duas direções de Associações que não tem o apoio da Câmara Municipal por serem do PS, nomeadamente, o Sport Clube Valenciano e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença. Para além de não fazer qualquer sentido, é ridículo que se discursasse que as instituições do Concelho estão afetas a um determinado Partido Político e que por tal facto não recebam apoios da autarquia. Perante tal absurdo, referiu que é do conhecimento geral que a autarquia apoia todas as coletividades/ associações do Concelho em prol do desenvolvimento do Concelho e de acordo com a sua própria atividade, sendo certo que aquelas que se distinguem, de uma forma mais elevada, a autarquia procura apoiar, de forma equilibrada, ao nível de exigências técnicas e financeiras, como sendo o caso do Hóquei Clube de Valença. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. **Cláudia Labrujó, Óscar Silva, José Nogueira e Sebastião Alves e Inês Ferreira** tendo os restantes prescindido. _____

- O Membro **Sr. Cláudia Labrujó** questionou o que significará para esta Assembleia uma campanha eleitoral, porque com sidera que é aquilo que lhe parece a presente sessão. _____

Em relação a esta réplica o **Sr. Presidente da Assembleia** esclareceu que não é nem pode ser responsabilizado pelo conteúdo de cada uma das intervenções, pois existe liberdade de expressão.

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** frisou, na sequência da resposta que lhe foi dada pelo Sr. Presidente da Assembleia, no que concerne ao âmbito da presente sessão, que a este compete cortar as intervenções que fogem do âmbito do assunto a debater no momento. Como a Assembleia parecia um local de campanha eleitoral e, se assim continuasse, retirar-se-ia da sala para fazer a sua campanha nas ruas e não ali, uma vez que estavam ali todos para resolver e decidir sobre os temas que constavam na ordem de trabalhos. _____

Há quatro anos atrás a CDU e o PS fizeram um alerta à CNE por a sessão da Assembleia decorrer em dia de reflexão, para que não houvesse nenhuma menção em termos políticos e hoje, apesar de não estarem em dia de reflexão, o órgão deveria ser mais respeitado e não se assistir a tantos discursos políticos. _____
Depositou confiança no Presidente da mesa e seus coadjuvantes para que façam um bom trabalho. _____

O **Sr. Presidente da Assembleia** agradeceu a confiança que lhe depositou e informou que até ao momento ainda estão nas interpelações políticas, portanto cada um faz a sua intervenção dentro daquilo que entende ser o conteúdo adequado para expressar as suas questões e/ou opiniões. _____

- O Membro **Sr. Óscar Silva** fez uma série de reparos sobre o que foi ouvindo na sessão em algumas intervenções. Ficou muito satisfeito em ver que o PSD se tenha agarrado a uma gralha do programa do PS para tentar menosprezá-lo, porque num documento com vinte compromissos e com dezenas de propostas, com plano estratégico para o desenvolvimento do Concelho, agarrarem-se a uma gralha é muito bom sinal para o Partido Socialista. _____

Relativamente à ESCE-Valença e às suas novas instalações, realçou que o Partido Socialista nunca esteve contra a sua implantação, tendo sempre reconhecido a sua importância para a educação e a formação dos jovens deste concelho e de quem vem de fora estudar para Valença. Recordou que o próprio, numa sessão anterior deste órgão, realçou a importância da ESCE e questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença sobre a estratégia e a visão que tinham para o futuro da ESCE e do CILV, sobre a forma como o executivo municipal poderia articular com a ESCE a disponibilização de uma oferta formativa atrativa, sobre a optimização das instalações do CILV e da ESCE disponibilizando uma incubadora de empresas que permitisse aos jovens empreendedores criar e desenvolver ali novas ideias de negócio. Portanto, está aqui demonstrada a forma como o PS olha para o futuro da ESCE e do CILV. _____

Por último, lamentou o facto do Sr. Presidente da Câmara Municipal ter rotulado a direção de uma nobre instituição do nosso concelho como uma "direção socialista". Todos na vida tem direito às suas opções políticas que, sejam elas qual forem, não desqualificam ou invalidam alguém para o exercício de um cargo na direção de uma associação ou coletividade. Finalizou, lamentando esta afirmação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, na medida em que a competência não se mede pela cor política. _____

AUSÊNCIA DO SR. PRESIDENTE DE CÂMARA: O Sr. Presidente da Câmara Municipal ausentou-se, antes de o membro Óscar Silva ter terminado a sua intervenção, tendo sido substituído pelo seu representante

legal, o Vice – Presidente da Câmara Municipal, Sr. Manuel Lopes. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** referiu que a marcação do dia da sessão demasiado próximo do dia da realização das eleições autárquicas, não foi o mais apropriado. _____

No que concerne à rotulagem, por parte da autarquia, de direções de instituições do Concelho como sendo direções socialistas, nomeadamente, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença, referiu que é mais uma daquelas frases estapafúrdias com o intuito de prejudicar e apelou a um melhor relacionamento institucional. _____

Seguidamente lamentou profundamente que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tenha abandonado a sala quando o Deputado Óscar Silva estava a fazer a sua intervenção e a ele o tenha interrompido, não tendo sido um bom trabalho feito pelo Sr. Presidente desta Assembleia, ao não o ter chamado na intervenção, no entanto assim que teve a oportunidade a ele cortou-lhe a palavra. _____

Relativamente à ESCE referiu que se vale zero tem de ser rentabilizada e não, como é óbvio, demoli-la. Considerando o volume da despesa que existiu com a obra, não se vislumbra os correspondentes benefícios, pelo que não foi uma obra estruturante para o concelho. _____

Quanto às estatísticas aconselhou a líder do Grupo Municipal do PSD, Inês Ferreira, a zangar-se com todas as empresas que desenvolvem esse serviço, nomeadamente, com o INE, IEFP, Pordata, etc, porque os dados foram publicados e são públicos. _____

O Presidente da Câmara quando referiu que mandou demolir uma casa e que essa decisão possa ter originado a perda dois votos, mas que teria ganho outros, mencionou que, como é óbvio, o cumprimento da legalidade pode ser um dano colateral. _____

No que concerne à alusão do Sr. Presidente da Câmara em relação à advertência que a CNE fez pela divulgação e distribuição do Boletim Municipal, referiu que, da forma como o explicou, transmitiu que não passou de uma simples advertência, quando na realidade, a decisão da CNE se traduziu numa efetiva proibição de retoma da divulgação/distribuição do Boletim Municipal, em flagrante violação do nº 4 do artº 10º da lei 72-a/2015, de 23 de julho. Conforme notícia de imprensa “dn.pt”, o atual Presidente da Câmara Municipal de Valença *“Contactado pela Agência Lusa, Jorge Mendes disse estar ‘agradado’ com a deliberação da CNE que não aponta nenhuma ilegalidade mas apela ao bom senso em futuras situações e adiantou que face à decisão da CNE o boletim municipal, cuja distribuição tinha sido suspensa após aquela queixa, irá continuar a ser divulgado e distribuído pela população do concelho”*. _____

A leitura literal (positivista/reducionista) do Presidente/candidato nas listas do PSD, da síntese da deliberação em apreço e atrás referida, não se coaduna, minimamente, quer com o que vai no parecer que lhe subjaz quer com o mais que a antecede, legislação incluída - “letra” e “espírito” -, já que o cerne/fulcro não está em não “fazer publicações semelhantes” mas, in casu, no não continuar a divulgação/distribuição dessa publicação (o Boletim Municipal) e outras com semelhantes teores. _____

O “de futuro”, impedia-o, com anterioridade à data das próximas eleições autárquicas, de seguir com a divulgação desse mesmo Boletim (“ cuja distribuição tinha sido suspensa”, ao que vem referido). _____

A tê-lo feito – e tudo indica que sim – fica, nesta sede, registado o nosso mais veemente protesto, já que foi usado dinheiro público ilegalmente, para fins propagandísticos evidentes, que custou seis mil euros. _

REGRESSO DO SR. PRESIDENTE DE CÂMARA: O Sr. Presidente da Câmara retomou as suas funções

nesta sessão, antes do Membro Sr. José Nogueira ter finalizado a sua intervenção. _____

- O Membro Sr. **Sebastião Alves** referiu que a revisão do PDM implicaria necessariamente a revisão do RMUE. O 1º PDM foi feito em cerca de 4 anos, em 1991 existiram medidas preventivas para que o regulamento do PDM começasse a funcionar a partir desse momento e só em 1994 foi publicado. A revisão do PDM finalizada em 2010 demorou 10 anos a ser concluída, o que o leva a interrogar-se se esta nova revisão iria demorar o mesmo tempo. _____

Os membros Srs. **António Pereira e Ana Sanches** prescindiram do uso da palavra, nesta segunda ronda.

- O Membro **Sra. Inês Ferreira** referiu que foi benevolente para com quem colocou o programa do PS na rua, no pressuposto de ter existido uma supervisão do seu teor, para evitar que surjam gralhas. Aquilo que lhe parece é que isto é mais um exemplo de o PS não se informa devidamente como não se informaram antes de ter feito aqui o louvor aos funcionários municipais a propósito da limpeza da Muralha, porque se o tivessem feito saberiam que a mesma está contratada a uma empresa externa e não apresentariam o aludido louvor. _____

Mais mencionou que lhe apraz que o Membro Óscar Silva tenha reconhecido a importância da ESCE e do CILV, porque caso assim não fosse, o PS não teria utilizado o auditório desse Centro para a realização de um Comício seu no mesmo. Pelas intervenções que acabou de ouvir, considera que o PS está a entrar num contrassenso muito grande quando por um lado reconhecem a importância da ESCE, através da utilização do seu auditório, para efeitos de campanha eleitoral e pelo outro, a menosprezam quando, por exemplo, o Membro Sr. José Nogueira, menciona que vale zero. _____

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para os respetivos esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara respondeu que a revisão do PDM não poderá demorar 10 anos como se interrogava o Membro Sr. Sebastião Alves. Estima um prazo de revisão de 2 anos e espera submeter, ainda, este ano, o proposta para abertura do processo à Assembleia Municipal. _____

A ESCE possui uma dinâmica que se tem mantido ao longo deste último ano, através da realização de seminários, congressos, etc, que permitiu a Valença estar na rota da organização destes eventos. A localização geográfica de Valença torna-a apetecível para a realização de encontros que, atualmente, com as instalações que possuem, tem sido estruturados e realizados com sucesso assinalável. _____

Em relação à despesa que a autarquia teve com edição do último Boletim Municipal, valor de 6 mil euros, lembrou que comparativamente com aquilo que se gastou, noutros tempos, para o mesmo efeito, 45 mil euros, é irrisório. _____

Finalizados os esclarecimentos, **a Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de agosto de 2017, assim como, da Listagem dos processos judiciais pendentes em 22/09/2017 e o estado dos mesmos; do ponto de situação de empreitadas e projetos; do Apoio às freguesias e dos compromissos plurianuais assumidos entre 21/06/2017 a 20/09/2017. _____

PONTO 2º – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - CARGO INTERMÉDIO DE 2º GRAU - NOMEAÇÃO DE JÚRI”

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de vinte e quatro de agosto findo, foi apresentada a proposta de nomeação de júri no procedimento concursal para recrutamento e seleção do Chefe de Divisão Económica e Financeira – Cargo intermédio de 2º grau. _____

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 2º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo sido sugerido pelo Membro Srs José Nogueira que o Sr. Presidente da Câmara Municipal fizesse uma breve introdução do assunto. A sugestão foi aceite pelos presentes. _____

Termos em que o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para uma breve exposição. _____

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que estando a decorrer o procedimento concursal para recrutamento e seleção do chefe de divisão económica e financeira – cargo intermédio de 2º grau, torna-se necessário a designação do respetivo júri, procedimento decorrente do cumprimento da lei. _____

Face à introdução que o Sr. Presidente da Câmara fez, não existiram intervenções, pelo que o ponto foi colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal, nos termos do artº 13º da lei 49/2012 de 29 de agosto, alterada pela lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro, deliberado, por unanimidade, num universo de **30 Membros**, designar como júri, para o recrutamento e seleção do chefe de divisão económica e financeira – cargo intermédio de 2º grau, os seguintes elementos: _____

- **Presidente:** Drª Margarida Amorim Pereira, Administradora do IPVC. _____
- **Vogais Efetivos:** Sandro Miguel Costa Louro, Chefe de Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão na Câmara Municipal de Braga e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral da Câmara municipal de Valença. _____
- **Vogais Suplentes:** Vitor Manuel Pires de Araújo e Jorge Manuel Rio Tinto de Azevedo, ambos Chefes de Divisão da Câmara Municipal de Valença. _____

PONTO 3º- INSTALAÇÕES DE APOIO À ATIVIDADE DA “SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.” - RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de vinte e quatro de agosto findo, foi presente o processo LE–EDI nº 27/2017 da empresa SUMA - Serviços Urbanos E Meio Ambiente, S.A., para reconhecimento de interesse municipal às instalações de apoio à sua atividade. Apesar da empresa ter solicitado o licenciamento dessas instalações, tal só será possível, desde que lhe seja reconhecido o interesse municipal, conforme se verifica da proposta apresentada através da informação que acerca do assunto foi prestada pelo Chefe de Divisão de Urbanismo e Planeamento. _____

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 3º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrites os Membros Srs Cláudia Labrujó, José Nogueira e Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** referiu nada ter a opor desde que para o fim a que se destina descrito nos documentos que lhes foram distribuídos e pelo período de vigência do contrato celebrado entre o Município de Valença para o serviço de recolha e transporte de resíduos. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** referiu que depois de analisar o processo, não se compreende o pretense relevante interesse municipal no licenciamento de umas instalações amovíveis com prazo. Qual é o relevante interesse publico para permitir a uma empresa privada que tem um contrato com o Município que se não instalar aí o estaleiro terá que o instalar noutra concelho que terá que arrendar ou comprar, ainda por cima que o PDM de Valença não permite fazer instalações temporárias. Trata-se da atribuição de um benefício indevido suscetível de acarretar litígios. No desconhecimento do ou dos contratos que subjazem e vinculam, tem-se como não sendo adequado nem proporcional. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira** referiu que o grupo municipal a que pertence votará favoravelmente o reconhecimento do interesse municipal das instalações de apoio à atividade da empresa SUMA. _____

O Sr. Presidente da Câmara referiu que as instalações da SUMA já existem, ilegalmente, desde o mandato do Dr. José Luís Serra e agora, pretende esta entidade que o Município licencie essas mesmas instalações, que são amovíveis. Ora, acontece que as instalações da SUMA estão em terreno florestal e só é possível o seu licenciamento se possuírem 15 mil metros quadros de parcela e como apenas possuem 3 mil metros quadrados, apenas será possível se lhes for reconhecido o interesse municipal. O facto de o reconhecimento ter prazo está subjacente à obrigação de retirar as instalações caso se cesse o contrato com a SUMA. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. **Cláudia Labrujó, José Nogueira** tendo os restantes prescindido. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** referiu que concorda com a legalização das instalações existentes dada a sua posição estratégica. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** referiu, após consultar o processo, que iriam votar contra por considerarem que o enquadramento não era o correto e que as instalações continuariam ilegais. _____

Finalizadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os respetivos esclarecimentos. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que a legalização das instalações, está em a empresa permanecer no nosso Concelho e que caso não for possível mudar-se-ia para Vila Nova de Cerveira ou

para Monção. _____

Colocado o ponto à votação, a Assembleia Municipal atenta à proposta apresentada pela Câmara Municipal e face à informação que, acerca do assunto, foi prestada pelo Chefe de Divisão e Urbanismo e Planeamento, deliberou, por maioria, num universo de **29 (vinte e nove)**, com **21 (vinte e um)** votos a **favor** e **8 (oito)** votos **contra** dos Membros Srs, José Nogueira, Luís Amorim, Óscar Silva, Ana Tomé, Luís Cruz, Benvinda Gonzalez, Mário Cruz e Álvaro Gomes, reconhecer o interesse municipal às instalações de apoio à atividade da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., no lugar do Arraial, S. Pedro da Torre, durante o período de vigência do Contrato para a Prestação do Serviço de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos celebrado com o Município de Valença. _____

PONTO 4º- INFORMAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA – 1º SEMESTRE DE 2017

PONTO 5º- TAXAS MUNICIPAIS PARA 2018

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal informou que em reunião da Comissão Permanente foi deliberado que a Informação Económico Financeira Do Município De Valença – 1º Semestre De 2017 e as taxas municipais para 2018 fossem discutidos em conjunto. _____

Termos em que foi presente a informação Económica Financeira do Município de Valença, referente ao 1º semestre de 2017 para a respetiva apreciação, assim como, a proposta das taxas municipais para 2018, para a respetiva fixação, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de 17 de setembro corrente. _____

Seguidamente, o Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições aos 4º e 5º pontos do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs Cláudia Labrujó, José Nogueira e António Pereira. _____

- O Membro Sra. **Cláudia Labrujó** disse que, em relação à informação económico financeira do 1º semestre, não se vai pronunciar. Em relação às Taxas Municipais para 2018, questionou o Sr. Presidente da Câmara em que consistia a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem. _____

- O Membro Sr. **José Nogueira** referiu, relativamente à informação económico financeira do 1º semestre, que para além do “betãozinho” eleitoral, nada de novo a acrescentar, por tratar-se de um documento para cumprir formalidades legais e não permitir uma qualquer leitura quanto à gestão efetuada, salientando que este documento intermédio nada mais traduz do que um simples “ponto da situação” em 30/06/2017 e que o marasmo é patente e de todos conhecido. _____

Em relação às taxas municipais para 2018 disse que o PS iria votar a favor, com a promessa de rever o atinente a estes impostos em sede da necessária renovação deste Município. _____

- O Membro Sr. **António Pereira** começou por dizer que, há dias, leu numa notícia uma afirmação que, na sua opinião define o espetro fiscal no País, e que vem a talho de foice no assunto a discutir e votar, Fixação de taxas municipais para 2018. Dizia: “Portugal não tem sistema fiscal tem um sistema de

financiamento do Estado”. Um sistema fiscal pressupõe um assentar em mecanismos de redistribuição da riqueza de uma forma justa, obviamente em função das políticas adotadas, e não apenas um simples instrumento de financiamento para a satisfação das necessidades financeiras do Estado. _____

E, apesar das contingências financeiras que empurraram o país para esse “*sistema de financiamento do Estado em detrimento dum verdadeiro sistema fiscal, e das consequentes dificuldades financeiras a que foram sujeitas as autarquias de forma geral*”, o atual executivo mostrou sempre uma preocupação acrescida na distribuição riqueza através dos impostos aos quais lhe compete fixar taxas. _____

Senão veja-se que em 30 de Novembro de 2010 foi sugerido que: “*dado contexto económico global e as dificuldades particulares das empresas sediadas no município, quer sejam o comércio, uma das mais emblemáticas atividades de Valença, quer as restantes empresas de maior ou menor dimensão ainda mergulhadas na crise ou ressacarem as dificuldades que foram ultrapassando, nos parecia justo a alteração da derrama, fixada nessa data em 1,5%, a aplicação de duas taxas em função do lucro tributável: uma tx reduzida para lucros até determinado montante e outra a partir desse valor (ex. até 150.000€ de volume de negócios 0,5% e para volume de negócios > 150.000€ 1,5%), redistribuindo o esforço em função do volume de negócios da empresa*”. _____

A Câmara fixou a taxa nesse valor e reduziu dessa forma o esforço das pequenas empresas sediadas no concelho, sobretudo os comerciantes. Não deixa de ser curioso que já em 2010, o PSD cumpria um ponto do programa que o PS promete caso seja eleito: “*Reduzir a derrama para pequenas e médias empresas*”, questionando-se para onde. _____

Sobre tal batuta tem vindo a ser desenvolvido um reforço, empreendido desde essa data, traduzido na manutenção de um escalão inferior da derrama para empresas com menor lucro tributável, na redução da taxa de IMI para as famílias, fixando nos valores mais baixos admitidos de redução por dependentes, no intuito claro de estimular o crescimento demográfico e a fixação populacional na Município, na manutenção dos benefícios fiscais e medidas de incentivos à reabilitação urbana do Centro Histórico de Valença e da área Central da Cidade de Valença, e na devolução para 3% o IRS para as famílias com domicílio no nosso concelho. _____

No seguimento dessa política de benefício para todos aqueles que escolhem Valença para investir e para viver são propostas para 2018 as mesmas taxas que vigoram para o IMI, prédios rústicos, urbanos, benefícios e agravamento fiscais; Derrama; Participação variável no IRS; Taxa Municipal dos direitos de passagem; Benefícios fiscais e medidas de incentivos à reabilitação urbana do Centro Histórico de Valença e da área Central da Cidade de Valença, já definidas nas ARU's (Área de Requalificação Urbana), pelo que o PSD votaria a favor as taxas propostas pela Câmara Municipal. _____

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que salientou que o grupo Município de Valença apresenta, nas contas relativas ao 1º semestre, uma boa situação económica e financeira, fruto do rigor e boa gestão em curso, apanágio do atual executivo ao longo dos últimos 8 anos. Os resultados líquidos são positivos, em cerca de 618.000 €, o que atesta que o executivo, apesar de se estar em ano eleitoral, não hipoteca o futuro, com políticas eleitoralistas. Relativamente às

Taxas para 2018 os valores propostos são iguais aos de 2017, uma política fiscal municipal lowcost e amiga dos cidadãos residentes, que serão reembolsados em 3% do IRS do Município. No IMI continuaremos a aplicar a taxa mais baixa em termos legais, minorada pelo efeito IMI familiar. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito apenas o Membro Sr. **Cláudia Labrujó**. _____

- O Membro Sra. **Cláudia Labrujó** questionou, após ouvir as explicações por parte do Sr. Presidente da Câmara, acerca do peso da referida Taxa de Direitos de Passagem. _____

Finalizadas as intervenções o **Presidente da Câmara** referiu que a TMDP só se aplica às telecomunicações e o valor anual é residual. _____

Relativamente ao **ponto 4º – Informação económico financeira do Município de Valença – 1º semestre de 2017**, a Assembleia Municipal procedeu, de acordo com as disposições que lhe estão acometidas pela lei 75/2013, de 21 de setembro, num universo de 29 Membros, à sua apreciação. _____

No que concerne o **5º ponto – Taxas Municipais para 2018**, por proposta apresentada por deliberação da Câmara Municipal ocorrida no dia um de junho corrente, a Assembleia Municipal **deliberou**, num universo de **29 membros, com 28 (vinte e oito) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção da CDU** aprovar, por maioria, a fixação das seguintes taxas municipais para 2018: _____

1. Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI aplicar as seguintes taxas a vigorar em 2018:

1.1. Nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI:

- Prédios Rústicos: 0,8% (artigo 112.º, n.º 1 al. a));
- Prédios Urbanos: 0,3% (artigo 112.º, n.º 1 al. c)).

1.2 No âmbito de uma política global de recuperação e revitalização da Fortaleza de Valença e de incentivo ao arrendamento:

1.2.1 Nos termos da 2ª parte do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI - Elevar ao triplo as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos que se encontrem em ruínas, tal como definidos em diploma próprio, localizados dentro dos limites intra-muros da Fortaleza de Valença.

1.2.2 Nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI - Majorar em 25% as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, localizados dentro dos limites intra-muros da Fortaleza de Valença e espaço confinado até ao Limite da Zona Especial de Proteção da Praça Forte de Valença do Minho (ZEP – D.G., II Série, n.º 290 de 13 de dezembro de 1958).

1.3. Na sequência da alteração introduzida pela Lei do orçamento de Estado para 2016 ao código do Imposto Municipal sobre Imóveis, no sentido de permitir fixar uma redução fixa, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos casos em que se trate de imóvel destinado a habitação própria e permanente.

1.3.1 Nos termos do n.º 1 do artigo 112º A do CIMI (IMI Familiar):

- Fixar uma redução de 20 € para as famílias com 1 dependente a cargo;
- Fixar uma redução de 40 € para as famílias com 2 dependentes a cargo;
- Fixar uma redução de 70 € para as famílias com 3 ou mais dependentes a cargo;

2. Taxa de Derrama referente a 2017 a cobrar em 2018:

- 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios superior a 150.000 euros

- 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios inferior a 150.000 euros

3. Participação variável no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2018:

Taxa de 2% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial (bonificação municipal de 3%)

4. Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP para o ano de 2018:

- Taxa de 0,25%

5. Relativamente aos benefícios fiscais e medidas de incentivo à reabilitação urbana do Centro Histórico de Valença e da Área Central da Cidade de Valença, estes encontram-se definidos nas ARU's respetivas, aprovadas na Assembleia municipal de 30 de setembro de 2015” . _____

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 29 (vinte e nove) **Membros** aprovada **por unanimidade**. _____

Antes de dar por encerrada a sessão foi dada a oportunidade aos Membros para, caso assim o desejassem, efetuar uma última intervenção, por se tratar da última sessão do órgão no quadriénio 2013/2017. _____

Termos em que foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Sra. **Inês Ferreira** para agradecer ao ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a forma eficaz como liderou este órgão respeitando equitativamente todos os seus Membros, como seria de esperar, na presente sessão muito mais notório. Congratulou-se com o esforço demonstrado por todos no zelo pelos interesses de Valença e dos valencianos, desejando que aqueles que irão assumir funções tenham sempre o interesse público acima do interesse particular ou político-partidário. _____

Verificando que existiam mais intervenções, foi feito pelo Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** um especial agradecimento a todos pelo apoio, contributos e respeito com que sempre se dirijam a si próprio e ao órgão. Àqueles que irão terminar as suas funções desejar-lhes a continuação de uma vida profícua. _

Finalizada a intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 14h15m. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e cinco páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal O Assistente Técnico,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas